

NOTAS SOBRE JOSÉ VERÍSSIMO DIAS DE MATOS: SABER LITERÁRIO E LÍNGUA NACIONAL

NOTES ABOUT JOSÉ VERÍSSIMO DIAS DE MATOS: LITERARY SABER AND NATIONAL LANGUAGE

Silveira, Wellington Marques Da.

Resumo: O desenvolvimento das ciências (séculos XVIII e XIX) funcionou como pano de fundo das viagens ultramarinas europeias que produziram, nas colônias, formas de colonização baseadas na imposição-circulação de saberes científicos pela cartografia de espécies de plantas e animais, bem como de inúmeras doenças contagiosas, presentes nos países do ocidente. Os registros dessas atividades encontram-se reunidos no rol de textos que compõem a literatura de viajantes, ou seja, a formação da literatura/língua brasileira. Com base nas pesquisas do projeto *História das Ideias Linguísticas*, em interlocução com a Análise de Discurso, propomo-nos à compreensão do processo de elaboração de textos teórico-literários brasileiros, tomando em análise a construção do poder-saber dizer sobre a língua/literatura de viajantes, na/pela obra *História da Literatura Brasileira* (1915), produzida pelo literato e jornalista José Veríssimo Dias de Matos. Compreendemos que, para pensar nas relações que o escritor encerra com as descrições reunidas na seção sobre a *literatura de viajantes*, é necessário observar, de antemão, que sua forma de escrever a história da literatura resultará de efeitos de sentido sobre a maneira como o literato legitima um conhecimento teórico-científico sobre a língua/literatura, em virtude de estar inscrito como um sujeito autorizado, pelo Estado e suas instituições, a representar o saber sobre a língua/a formação do texto literário.

Palavras-chave: Língua/Literatura. Escritor Literato. Viajantes e Missionários.

Abstract: The development of the sciences, in the colonies, in the colonies, in the forms of colonization, in the imposition, the circulation of knowledge, the scientists in the cartography of species of plants and animals, as well as of two contagious diseases, present in the countries of the West. The records of these activities are gathered in the list of texts that compose travelers literature, that is, the formation of literature / Brazilian language. Based on the researches of the project History of Linguistic Ideas, in interlocution with Discourse Analysis, a proposal for the comprehension of the process of elaboration of Brazilian theoretical-literary texts, in an analysis about the construction of power-knowledge about a language / literature of travelers, in the work *História da Literatura Brasileira*(1915), production by writer and journalist José Veríssimo Dias de Matos. We understand that in order to think about the relations that we can conclude with the descriptions about the stories about the trip, it is necessary to observe, in advance, that the way to write a history of Literature results in a sense of how the literate legitimates a theoretical- scientific knowledge about a language / literature, by virtue of being registered as an

authorized subject, by the State and its statistics, namely the knowledge about a language / a literary text formation.

Keywords: Language/Literature. Literature Writer. Travelers and Missionaries.

Introdução

As questões sobre a produção-circulação do *saber* sempre nos ocuparam, sobretudo nos trabalhos que realizamos¹ a respeito da construção da literatura de informação/formação (literatura de viajantes), quando problematizamos a produção dos saberes sobre o Brasil, nos/pelos discursos colonial e científico, nos/pelos processos de controle/colonização exercidos sobre a língua e o sujeito nacional, pelo europeu, conforme Orlandi (2008).

Foucault (2013) explica que o saber se define como aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva determinada, de maneira específica, em que o sujeito é autorizado, legitimado, a falar/escrever sobre objetos de que se ocupam seus dizeres. Em outras palavras, o autor nos ensina que o saber é uma construção histórica, marcado por verdades que se instalam e sustentam as práticas sociais.

Retomando as palavras do próprio autor, temos:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; (...) um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2013, p.220).

Nessa direção, o saber compreende as formas de conhecimento construídas por efeitos de veracidade, que tendem a estabilizar determinados sentidos e refutar

¹Referimo-nos, mais especificamente, ao Trabalho de Conclusão de Curso (2016), realizado para obtenção do título de Licenciado em Letras, e à Dissertação de Mestrado, entregue ao PPGL/UNEMAT, em 2019. No primeiro trabalho, intitulado *Viagem, língua, e processos de identificação em narratividades do século XIX*, analisamos o relato de viagens do francês Hércules Florence, recortando, especificamente, suas impressões sobre o Rio Paraguai, quando da sua estada na cidade de Cáceres, em Mato Grosso. A dissertação de Mestrado - *Trajeto de sentido e versões sobre Alexander Solon Daveron em Cáceres-MT* – versou sobre os modos de circulação e de legitimação de narratividades orais, na cidade, sobre o médico e cientista estadunidense Alexander Solon Daeron.

outros que não pertencem aos seus domínios/campos. Ao nos referirmos à construção do saber, não devemos, contudo, articulá-lo tão somente à consolidação do conhecimento científico, metódico, sistêmico, visto ser este apenas uma forma de funcionamento do saber.

Esse saber, por conseguinte, atrela-se a uma concepção de ciência positivista que toma o sujeito como uno e a linguagem como transparente, visto ser ela também una, verificável, mensurável e destinada à referência de objetos no mundo, em uma relação denotiva entre a palavra e a coisa.

Essa concepção de ciência dita que o saber, quer científico ou não, opera para/por sujeitos sempre mediado pelo poder. Compreender como o saber se organiza no texto teórico-literário é refletir a respeito das formas com as quais o conhecimento sobre a língua/literatura se faz e sua relação com o poder, isto é, com as políticas de circulação/interdição de sentidos no corpo social, pois “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p.30).

A indissociável articulação entre língua, enquanto material significante, e literatura, a que chamamos de um campo do saber, se dá pelo papel que a primeira possui de estruturação, de mediação, de formulação, de qualquer campo do saber que, nessa medida, exhibe nela (língua) a quais injunções político-históricas esteve/está sujeita. A relação do texto teórico-literário (as chamadas *Histórias da Literatura*), que normalmente apresenta filiações/tendências político-culturais para a produção do conhecimento científico, é marcada por um gesto de inscrição do teórico-literário em uma posição-sujeito constituída no interior do duplo *ciência/arte*, em que o saber se estabelece na/pelas formas de representação do poder que se tem/pode acessar para que um determinado conhecimento sobre a língua seja produzido-circulado.

Essa binariedade, *ciência/arte*, que é intrínseca ao lugar de inscrição do teórico-literato no discurso sobre a língua/literatura, lhe outorga direitos de fazer uma intromissão no caráter sistemático desta, usurpando-lhe as regras e sua sisudez. Isso porque, ao se assumir em um lugar autorizado a produzir um conhecimento teórico-científico sobre a língua/literatura, por meio da sistematização das escolas literárias e das determinações dos estilos de escrita de cada época, o autor da cronologia literária

também lança mão de textos – em prosa e/ou em verso – de modo a segmentá-los no interior de cada tendência (escola) literária, identificando-se, também, aos sentidos ligados à produção artística (obras literárias).

Vemo-nos, então, diante do seguinte questionamento: com quais regiões do saber o sujeito teórico-literato opera na/para construção de seu objeto do conhecimento, materializado na tentativa de sistematização/linearização do objeto da Literatura?

Sob essa compreensão, interrogamos os espaços do poder – do poder dizer/escrever/teorizar –, historicamente constituídos e autorizados, que o sujeito-literato recorta para produzir um construto teórico que letigima sua inscrição no discurso científico sobre a literatura.

Dessa posição-sujeito deriva uma relação instiúida pelo funcionamento do *poder/saber*, conforme teorizou Foucault (2013), como próprio das sociedades modernas/capitalistas, em que a produção/circulação do conhecimento científico é organizada por políticas de permanência/interdição de sentidos.

O escritor/literato que, inscrito em outra ordem discursiva, qual seja, a científica, é investido de sentidos que, no texto teórico, redimensionam sua relação com a língua/literatura e o reinserem em um processo contínuo de cientificização do saber literário, em uma tentativa permanente de apagar a dita “licença poética” que a arte lhe confere.

O entremeio do duplo *ciência e literatura* produz certos deslocamentos na memória discursiva que conformou a esta última o discurso artístico, visto ser uma região do saber cujos domínios encerram, tanto para o sujeito-leitor quanto para os que a produzem, uma relação com o poético, com o irrealizado, como o verossimilhante, distantes, nesse caso, do saber marcado pelo sistematizado do pragmatismo e da relação empírica entre linguagem/pensamento/mundo.

Com base nessas considerações, propomo-nos à compreensão das injunções que os deslocamentos entre ciência e arte configuram a respeito do modo como o conhecimento é produzido-circulado, reconfigurando, assim, a posição sujeito-literato-teórico e seu objeto do conhecimento, no interior da nova construção de um saber.

Em nosso caso particular, recortamos, da seção que trata da produção da

literatura informativa e formativa, sequências discursivas que permitem-nos problematizar essas questões em um texto teórico-literário em específico. Para esse trabalho, selecionamos o texto *História da Literatura Brasileira* (1910), escrito por José Veríssimo Dias de Matos, por considerá-lo como um dos autores/escritores brasileiros que viveu/experimentou, durante a produção desse texto, a transição entre os séculos XIX e XX, momento de histórico marcado por ideais nacionalistas e pela tentativa de instituição de uma identidade nacional.

Literatura de (in)formação: *saberes* sobre o Brasil

A colonização do/no Brasil iniciou-se efetivamente em 1530, pois os primeiros trinta anos após o “descobrimento” foram reservados à ocupação e à defesa do território dos possíveis ataques e invasões, sobretudo pelos espanhóis. Assim, a Coroa portuguesa, nesse período, enviava viajantes em expedições de reconhecimentos territoriais e de delimitações/demarcações de fronteiras (período Pré-colonial), a partir das quais produziram-se as primeiras leituras/interpretações sobre o Brasil, configuradas nas formas de tratados, constituições, diários de viagens e documentos jurídico-administrativos. Essas primeiras informações levaram o governo português a traçar um plano que dividiu o processo colonizador em fases: a da *exploração* (das terras e da mão de obra), a da *catequização* dos indígenas e a da *produção/comercialização* de produtos, como o pau Brasil.

Essas leituras do/sobre o Brasil, que foram sustentadas pela produção dos relatos de viajantes, estiveram, em um primeiro momento, ligadas à atividade de exploração e colonização. Mais tardiamente, os registros se darão pela presença de pesquisadores e cientistas, que produziram, pela atividade cartográfica, inventários sobre espécies da fauna e da flora dos espaços brasileiros, e retratos dos costumes, tradições e modos de viver/fazer, como resultado do trabalho de vários artistas europeus.

São inúmeros os textos/documentos que retrataram tanto o processo de ocupação/colonização do território brasileiro quanto o de catequização/conversão, e até mesmo de escolarização, dos indígenas, durante a presença de Portugal no Brasil. Estes documentos históricos, que, anos mais tarde, constituíram o acervo da literatura informativa, assumiram a configuração textual de cartas, relatos/diários de viagem,

memorandos, ofícios, requerimentos etc.

Estes textos garantiram, pelas chamadas *literatura de informação* (das expedições de inventário sobre/do Brasil) e *literatura de formação* (literatura jesuítica/catequética), um recorte da produção da memória discursiva literária, na qual dizeres, formulados por literatos inscritos como teóricos, atestam, certificam, pelo poder/autorização que o saber científico tem que marcar inícios, meios e fins, o ponto de partida da produção de um campo teórico-literário de investigação.

Historicamente, o discurso sobre a exploração/colonização brasileira foi contemporânea à consolidação do Quinhentismo, período que compreendeu, por volta de 1.530, a produção de textos que retratam os lugares até então “desconhecidos” sob o caráter de fantásticos e edênicos. Assim, nesse momento histórico-literário organizou-se, a propósito da conjuntura da colonização portuguesa no Brasil, os primeiros textos escritos sobre o território brasileiro, dentre eles, destacamos a Carta de Caminha e os relatos do jesuíta José de Anchieta. O termo “Quinhentismo” deriva da relação de produção destes textos com os anos seguintes à segunda metade do século XVI, a partir de 1530.

O conjunto de textos de informação, cuja composição inicia-se com o Brasil quinhentista, reserva os saberes e os primeiros sentidos sobre a “terra nova”, sobre seus aspectos naturais, sobre o cotidiano dos primeiros habitantes e seus modos de espacialização pelo território. Já o discurso da formação – que se marcou por uma incursão religiosa – disponibilizou/disponibiliza as primeiras formulações dos jesuítas, que tinham como escopo principal catequizar os índios e irradiar a fé pela colônia. Orlandi (1990), ao analisar textos de missionários e jesuítas, coloca essa distinção (formação/informação) como sendo necessária para compreender a ordem dos discursos no acontecimento dos primeiros escritos sobre o Brasil.

As escrituras resultantes das viagens compõem a produção inscrita no âmbito da literatura de informação/formação, e cujas formas materiais compreendem diários de bordo, roteiros de navegação, cartas históricas e relatos de viagem. Tomados enquanto objetos simbólicos, esses textos instituem o imaginário da diferença – eu e o outro, lá e aqui –, uma vez que criam lugares de identificação para os sujeitos envolvidos no trabalho do registro: a metrópole e a área colonial, o saber europeu e o saber brasileiro. No contato entre o eu e o Outro, o relato cristaliza e reserva aos

leitores um observatório privilegiado de trocas e tensões ideológicas e civilizatórias, atravessadas por relações de conquista, dominação ou apagamento/interdição.

Lacan (1998) inaugura um importante esclarecimento acerca do *outro* (grafado com *o* minúsculo) e o *Outro* (grafado com *O* maiúsculo), determinando que, ao se referir ao “outro”, considera o caráter social e empírico para a identificação do sujeito, como ocorre com o nome e todas as suas características que diferenciam/particularizam sua relação com os outros sujeitos, na sociedade. Por outro lado, o autor atribuiu ao *Outro* (afeito à Lei e à Cultura) à alteridade, que atravessa, de modo distinto, inconsciente e inevitavelmente os sujeitos, isto é, trata-se, conforme o autor, de considerarmos o *Outro* como o lugar em que as determinações históricas, ideológicas e identitárias residem e condicionam, pelas vias inconscientes, os modos de identificação de cada sujeito.

Na gênese da composição dos relatos, o narrador estrangeiro, investido da função de historiador, etnógrafo e informante da corte portuguesa, assume, por excelência, a função-autor, constituindo-se como aquele responsável por produzir um texto estruturado por efeitos de unidade, coerência, progressão e não contradição (ORLANDI, 2012). Contudo, ao serem tomadas pela relação constitutiva, para a Análise de Discurso, entre a *língua e a história*, tais materialidades significantes permitem-nos visibilizar gestos de interpretação dos europeus, cuja determinação nas vias dos sentidos corroborou a produção de (diversos) imaginários, (pré)conceitos, sobre o Brasil.

Dizemos, então, que a língua possui inscrições na história, o que, discursivamente, a confere um caráter de não linearidade e de atemporalidade, isto é, os sentidos, que circulam pelas vias da formulação, pelo dizer, são legitimados historicamente por meio de práticas sociais que se reproduzem. Assim, para significar, a língua (formulação) está em um processo permanente de remissão à história, que possibilita, por sua vez, a constante retomada e reatualização dos sentidos, para/por sujeitos.

Dessa forma, os textos quinhentistas surgem, no imaginário literário, não só como os primeiros escritos *sobre* o Brasil, mas como *do* Brasil. Tal fato equivale a afirmar que esse imaginário que a literatura teórico-documental construiu, na verdade, está sustentado por um saber que foi legitimado por uma forma de

exercício do poder, ou seja, trata-se de um campo do saber, a literatura, que ganha, pela maneira como o discurso científico a atravessa, legitimidade e cientificidade.

Orlandi (2008), ao diferenciar as formas de funcionamento dos *discursos sobre e do*², afirma que, enquanto o primeiro é definido como um espaço legitimado a organizar, conduzir e “falar no lugar de” diferentes vozes, através de mecanismos de institucionalização e de direcionamento dos sentidos, o segundo é marcado pelo gesto de interpretação do próprio sujeito em questão, ou seja, uma voz direta, mas afetada por processos históricos, ideológicos e pela ilusão da origem e autenticidade do dizer.

De forma geral, o contato com estes textos nos permite compreender o trabalho desenvolvido, durante cinco séculos, por colonizadores/exploradores, administradores, cronistas, naturalistas, médicos e cientistas, ao longo das trajetórias que buscavam, nas “descobertas” e na cartografia dos elementos naturais, construir leituras que, orientadas por práticas determinadas, se filiaram a diversas regiões do saber. Este trabalho de observação-descrição construiu para nós um veio pelo qual acessamos as possibilidades interpretativas de cada perfil de leitores nas/dasviagens. Esses perfis, discursivamente, tomando constituem as posições-sujeito, que se referem aos modos de dizer marcados por distintas maneiras de se interpelar, inconscientemente, pela ideologia, que conforma cada tomada da palavra.

(Des)vendando formas do poder-dizer no texto literário

Os textos teórico-literários são obras que, além de desenhar o percurso histórico-cronológico das produções literárias de um país, revelam suas condições políticas, sociais, econômicas e, portanto, ideológicas de surgimento. A crítica literária divide esses textos de acordo com correntes/tendências ou escolas que reúnem obras de autores cujos estilos de escrita ou de questões abordadas se aproximam, seassemelham.

Com efeito, a Literatura tende a acirrar seus (des)limites com as demais ciências sociais, visto ser um campo do saber que, pela prosa ou pelos versos, coloca em questão a forma pela qual os sujeitos instituem relações sociais e culturais,

² Na descrição do funcionamento dos discursos *sobre e do*, Orlandi (2008) nos explica que o primeiro é um discurso indireto, em terceira pessoa, enquanto o segundo, um discurso direto, em primeira pessoa.

demonstrada pelas caracterizações singulares que as personagens das obras recebem, o que põe em visibilidade, pela ideologia de determinada época, (pré)conceitos, estigmas e modos de identificação.

A produção literária destinada a atender à críticas/caracterizações dos traços sociais e políticos de uma época/período coloca o sujeito-literato em uma relação com seu texto atravessada/sustentada por um discurso poético, cujo funcionamento articula-se a uma posição-sujeito marcada pelo atravessamento da discursividade artístico-cultural, que, por sua vez, agencia os sentidos de leitura do texto literário como fruição, prazer, divertimento etc.

Se, por outro lado, considerarmos o modo como o texto teórico-literário encerra relações com seu escritor, observaremos que o saber que regula essa mediação produz deslocamentos em relação a leitura como fruição e coloca em visibilidade outras formas de exercício do poder, representado pela combinação dos significantes, no texto, ou seja, pela maneira com a qual o escritor se relaciona com a língua.

É, pois, pelo modo como as palavras, em suas mais variadas formas de articulação, jogam na incerteza dos sentidos, que o sujeito se revela/despista, se forja, pelo gesto de interpretação que produz, atualizando uma determinada região do saber, legitimado por um poder autorizado, o qual não se exhibe a priori nas formulações do autor, mas permanece em constante latência e irrupção nas brechas da língua(gem).

A seguir, trazemos uma sequência discursiva (SD), retirada do texto de José Veríssimo Dias de Matos, a respeito da produção da literatura brasileira:

A Literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, **apesar da comunidade da língua**, não é mais inteiramente portuguesa. A nossa literatura colonial manteve aqui tão viva quanto lhe era possível a tradição literária portuguesa. Submissa a esta e repetindo-lhe as manifestações, embora sem nenhuma excelência e antes inferiormente, animou-a todavia desde o princípio o nativo sentimento de apego à terra e afeto às suas **cousas**. Ainda sem propósito acabaria este sentimento por determinar manifestações literárias que em estilo diverso do da metrópole viessem a exprimir um gênio nacional que paulatinamente se diferenciava. (MATOS, 1915, p. 05) (Grifos nossos)

Vejamos que o autor reconhece o constante desenvolvimento da literatura brasileira, ainda que de maneira insipiente e pouco distante da produzida por Portugal, naturalizando, assim, os sentidos desse processo marcado pelo gesto de independência política do Brasil.

Se, conforme destaca Orlandi (p. 12), “[...] o trabalho do analista de discurso em sua escuta é explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação, dos sujeitos, suas filiações de sentidos”, construímos um movimento de leitura que interroge a língua (em seu espaço de formulação) por sua inscrição na memória discursiva, de modo a por em visibilidade como esta estrutura os sentidos em circulação na sequência analisada.

O que destacamos do/no dizer do escritor, tais como o substantivo “cousas”, próprio da escrita portuguesa arcaica, o advérbio de oposição, em “**apesar** da comunidade da língua”, marca uma sobredeterminação da língua portuguesa sobre a língua nacional, e a “literatura que se escreve **no** Brasil”, fazendo retornar os sentidos atribuídos à formação da literatura de viajantes portugueses no Brasil, constituindo-lhe (ao autor) uma posição-discursiva marcada por um saber europeu sobre a língua/literatura, legitimado por condições de produção que garantiram a Portugal o predomínio no/do conhecimento das letras e da produção artística.

Observamos, dessa maneira, que há um retorno a um espaço do dizível sobre a língua/literatura (legitimado, nesse caso, por um saber europeu) que o autor acessa pelo modo como os sentidos o afetam, tal como mencionamos sobre a relação de constitutividade entre língua e história. É, pois, por meio do arranjo sintático e da combinação/seleção dos significantes que a escrita posta em análise, nessa SD, atualiza, em sua forma material, o espaço de autorização de poder/dizer a/sobre a língua/literatura brasileira, construído por uma política histórica de divisão das línguas, exercida pelo discurso colonizador português.

Para Orlandi (1998), esse jogo de posições-sujeito, que se movimentam no gesto de retomar o mesmo (paráfrase) em formas materiais linguísticas distintas (polissemia), e que, portanto, encerram condições de produção também diferentes, é consitutivo de um funcionamento no qual todo sujeito se increve quando entra na ordem do simbólico, no processo de formulação: as *formações imaginárias*.

Pêcheux (1977, p. 82), ao teorizar sobre esse conceito, assevera que “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formulações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro”. O processo de estabelecimento das projeções ou formações imaginárias, contudo, não se dá de forma deliberada, consciente, como vemos no caso particular do autor analisado, que busca, na SD, assumir um lugar de identidade nacional para a produção literária brasileira, mas que, ao formular, convoca outras redes de sentidos sobre a língua/literatura.

Nos termos de Pêcheux, podemos dizer que Matos (1915), cuja função-autor lhe condiciona uma posição (A) perante à língua/literatura nacional, qual seja a de independência artística de Portugal, precisa, ao escrever, dimensionar a outra posição (B), determinando as especificidades e os (des)limites que ocupam cada lugar de dizer. O jogo significativo em que se inscreve o autor relativiza essa projeção inicial, pondo em instabilidade a relação dos sujeitos com os sentidos e sinalizando a possibilidade de deslizamentos, (contra)identificações e movência das posições discursivas e de suas filiações.

Em articulação com o que nos diz Pêcheux (*idem*), Orlandi (*idem*) explica que esse funcionamento se refere às

[...] transferências, jogos simbólicos dos quais não detemos o controle e nos quais o equívoco, ou seja a ideologia e o inconsciente, está largamente presente [...] Como os objetos de saber estão escritos em filiações (e não são produtos de aprendizagem) ninguém tem o completo domínio do que diz. As transferências que consistem nos processos de identificação constituem uma pluralidade contraditória de filiações históricas [...].

Em síntese, como tentamos mostrar, essas marcas no dizer do escritor dão visibilidade ao modo pelo qual, apesar da tentativa de apagamento/homogeneidade da posição-sujeito teórico, este sujeito é atravessado pelo o discurso *sobre* o Brasil, cujo saber legitimado se sustenta pelo que a colonização Portuguesa produziu, historicamente, enquanto interdições do/para o sujeito-nacional. É dessa autorização, portanto, que o poder se instala, como um saber autorizado sobre o sujeito/a língua, inscrevendo o literato em um campo teórico que lhe permite produzir-circular um determinado conhecimento.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.

MATOS, José Veríssimo Dias de. **História da literatura brasileira**. Rio (Engenho Novo), v. 1, 1915.

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico”. **Rua**, v. 4, n. 1, p. 9-20, 1998.

_____. Eni P. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. Cortez Editora, 2008.

PÊCHEUX, Michel. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990.

_____. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania S. Mariani (et.al.). 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1977.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.